

ÍNDICE GERAL

Prefácio da 5. ^a edição	9
Prefácio da 1. ^a edição	11

A – NOÇÕES GERAIS

I – Noção de retribuição

1. Retribuição base e prestações complementares	17
2. Modalidades de retribuição	18
3. Outras formas de retribuição	19
3.1. Subsídio de natal	19
3.2. Retribuição das Férias	20
3.3. Subsídio de Férias	20
3.4. Retribuição das Férias nos contratos a termo	23
4. Período experimental	23

II – Cálculo do valor da retribuição

1. Fórmula de cálculo do valor da retribuição horária	25
2. Pagamento da retribuição	26
2.1. Recibo de vencimento	26
2.2. Local de pagamento	27
2.3. Prazo de pagamento	27
3. Compensações e descontos	28
3.1. Noções gerais	28
3.2. Descontos para a Segurança Social	29
3.2.1. Formalidades decorrentes da celebração do contrato de trabalho	29
3.2.2. Deveres da entidade patronal	29
3.2.3. Base de cálculo das contribuições devidas	31
3.2.4. Taxas	32
3.2.5. Base de incidência contributiva	34

3.2.6. Declaração de remunerações	43
3.2.6.1. Obrigações da entidade patronal	43
3.2.6.2. Prazo de pagamento	43
3.2.6.3. Menções obrigatórias	43
3.2.6.4. Formas de entrega	44
3.2.6.5. Forma de preenchimento da Declaração	45
3.2.6.6. Códigos de remuneração	46
3.2.6.7. Cálculo das contribuições	47
3.2.6.8. Local de pagamento	48
3.2.6.9. Incumprimento	48
3.2.6.9.1. Falta de entrega das Declarações de Remunerações	48
3.2.6.9.2. Falta de entrega das contribuições	48
3.2.6.9.3. Entrega das contribuições fora do prazo	48
3.2.7. Dispensa Temporária do Pagamento de Contribuições	49
A) Jovens em situação de 1.º emprego	49
B) Desempregados de longa duração	50
C) Rotação emprego/formação	51
D) Emprego a reclusos em regime aberto	53
E) Isenção de contribuições nas áreas com regime de interioridade	53
3.2.8. Destacamento de trabalhadores	55
3.2.8.1. Inscrição de trabalhadores portugueses destacados em Espanha	56
3.2.8.2. Trabalhadores Independentes	57
3.2.8.1. Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD)	57
3.3. Descontos para o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	58
3.3.1. Considerações gerais	58
3.3.2. Rendimentos da Categoria A	59
3.3.3. Rendimentos tributáveis	59
3.3.4. Rendimentos não tributáveis	66
3.3.5. Exclusão da Incidência	67
3.3.5.1. Deduções ao rendimento do trabalho dependente	67
3.3.5.2. Trabalhadores deficientes ou com grau de invalidez igual ou superior a 60%	68
3.3.5.3. Contribuições para regimes complementares de segurança social	68
3.3.6. Processo de determinação do rendimento colectável	68
3.3.6.1. Declaração de rendimentos	68
3.3.6.2. Prazo de entrega da declaração	69
3.3.6.3. Local de entrega das declarações	69
3.3.7. Trabalhadores independentes	69
3.3.7.1 Retenção na fonte	70

3.3.8. Bases para o apuramento, fixação ou alteração dos rendimentos	72
3.3.9. Taxas	73
3.3.9.1. Quociente conjugal	74
3.3.9.2. Mínimo de existência	74
3.3.10. Liquidação do Imposto	74
3.3.11. Deduções	75
3.3.11.1. Deduções à colecta	75
3.3.11.2. Reembolso	75
3.3.11.3. Deduções dos sujeitos passivos, descendentes e ascendentes	75
3.3.11.4. Despesas de saúde	76
3.3.11.5. Despesas de educação e formação	77
3.3.11.6. Encargos com lares	78
3.3.11.7. Encargos com imóveis e equipamentos novos de energias renováveis	78
3.3.11.8. Prémios de seguros	79
3.3.11.9. Limites mínimos	80
3.3.11.10. Contribuições para fundos de pensões e outros regimes complementares de segurança social	80
3.3.11.11. Dedução relativa a pessoas com deficiência	81
3.3.11.12. Restituição oficiosa do imposto	81
3.3.12. Pagamento do imposto	81
3.3.13. Retenção na fonte	82
3.3.13.1. Regras gerais	82
3.3.13.2. Obrigações acessórias	82
3.3.13.3. Remunerações não fixas	83
3.3.13.4. Pagamento	84
3.3.13.5. Responsabilidade	86
3.3.13.6. Tabelas de Retenção na Fonte	86
3.3.14. Comunicação de rendimentos e retenções	89
3.3.14.1. Envio por transmissão electrónica de dados	91
3.4. Benefícios fiscais à criação de emprego	92
4. Retribuição das férias	94
4.1. Cumulação de férias	94
4.2. Pagamento	95
4.3. Violação do direito a férias	95
4.4. Trabalhador-estudante	96
5. Casos especiais de cálculo da retribuição	96
5.1. Isenção de horário de trabalho	96
5.2. Trabalho nocturno	97
5.3. Trabalho suplementar	97
5.4. Feriados	98
5.5. Ajudas de custo e outros abonos	98
5.5.1. Abono para falhas	99

III – Efeitos das faltas na retribuição

1. Noção de falta	101
1.1 Faltas justificadas	101
1.2 Faltas não justificadas	102
1.3. Atrasos injustificados	104

IV – Casos especiais na retribuição

1. Licença de maternidade, paternidade ou adopção	105
1.1. Licença por maternidade	105
1.2. Licença por paternidade	106
1.3. Licença por adopção	106
1.4. Licença parental	107
1.4.1. Assistência a menor com deficiência	107
1.4.2. Licença parental e especial para assistência a filho ou adoptado	107
1.4.3. Licença para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica	109
1.5. Dispensas	109
1.5.1. Dispensa para consultas pré-natais	109
1.5.2. Dispensas para amamentação e aleitação	109
1.5.3. Assistência a filho com deficiência ou doença crónica	110
1.5.4. Faltas para assistência a menores	110
1.5.5. Faltas para assistência a netos	110
1.5.6. Trabalhadora grávida puérpera ou lactante	111
1.5.7. Extensão de direitos atribuídos aos progenitores	111
1.5.8. Condição de exercício do poder paternal	112
2. Regime das licenças, faltas e dispensas	113
2.1. Subsídios	114
2.1.1. Condições gerais de atribuição	114
2.1.2. Requerimento das prestações	115
2.1.3. Cálculo dos subsídios	116
2.1.4. Acumulação de prestações	116
2.1.5. Efeitos na segurança social	116
2.1.6. Situações excluídas	116
2.1.7. Suspensão das prestações de desemprego	116
2.2. Subsídio de maternidade	116
2.3. Subsídio de paternidade	117
2.4. Subsídio por adopção	118
2.5. Subsídio por licença parental	118
2.6. Subsídio para assistência na doença a descendentes menores e deficientes	118
2.7. Subsídio para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos	118
2.8. Subsídio por riscos específicos	118

2.9. Subsídio de gravidez	119
2.10. Subsídio por faltas especiais dos avós	119
2.11. Trabalhadores Independentes	119
3. Regime jurídico de protecção na doença	120
3.1. Subsídio de doença	120
3.1.1. Condições de atribuição	120
3.1.2. Procedimento	121
3.1.3. Pagamento	122
3.1.4. Montante do subsídio de doença	123
3.1.4.1. Limites ao montante do subsídio	123
3.1.5. Remuneração de Referência	124
3.1.6. Majoração do subsídio de doença	124
3.2. Subsídios de férias e de Natal	125
3.2.1. Condições de atribuição	125
3.2.1.1. Trabalhadores independentes	125
3.2.2. Montante	125
3.2.3. Requerimento	125
3.3. Suspensão do pagamento	126
3.4. Doença em período de férias	126
3.4.1. Fiscalização da doença	126
3.4.1.1. Fiscalização pelas instituições competentes	126
3.4.1.2. Fiscalização pelo empregador	127
3.4.2. Deveres do trabalhador	127
3.4.3. Convocação do trabalhador para o exame médico	127
3.5. Período de concessão	127
3.5.1. Período de espera	128
3.5.2. Situações sem período de espera	128
3.6. Recibo de vencimento	128
3.7. Deveres dos beneficiários	130
3.8. Prazo	131
3.9. Incumprimento	131
4. Acidentes de Trabalho	132
4.1. Efeitos na retribuição	132
4.1.1. Proibição de descontos na retribuição	132
4.1.2. Exclusões	132
4.1.3. Indemnização	133
4.1.4. Lugar do pagamento das prestações	133
4.2. Seguro de Acidentes de Trabalho	134
4.3. Fundo de Acidentes de Trabalho	134
5. Doenças Profissionais	134
5.1. Indemnização	134
5.1.1. Cálculo da indemnização	134
5.2. Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais	135

V – Retribuição mínima mensal garantida

1. Noção	137
2. Âmbito	137
3. Reduções	138
4. Retribuição mínima horária garantida	139
5. Trabalhadores administrativos	139

VI – Retribuição e práticas salariais 145**VII – Efeitos da cessação do contrato de trabalho**

1. Formas de cessação do contrato e compensações devidas	149
1.1. Caducidade	149
1.1.1. Caducidade do contrato a termo certo	149
1.1.2. Caducidade do contrato a termo incerto	151
1.2. Morte do empregador e extinção ou encerramento da empresa	152
1.3. Insolvência e recuperação de empresa	154
1.4. Reforma por velhice	154
1.5. Cessação por acordo	155
1.6. Despedimento colectivo	156
1.7. Despedimento por extinção de posto de trabalho	158
1.8. Despedimento por inadaptação	159
1.9. Despedimento com justa causa	160
1.9.1. Ilícitude do despedimento	162
1.9.1.1. Regras especiais relativas ao contrato a termo	163
1.10. Cessação por iniciativa do trabalhador	164
1.11. Abandono do Trabalho	167

VIII – Redução da actividade e suspensão do contrato

1. Casos gerais	169
2. Compensação retributiva	169
3. Férias	170
4. Subsídio de Natal	171
5. Encerramento temporário da empresa ou estabelecimento	171
6. Licenças sem retribuição	172
7. Pré-reforma	172
8. Reforma	173

IX – Regimes excepcionais

1. Comissões de trabalhadores e subcomissões de trabalhadores	175
1.1. Crédito de horas	175
1.2. Faltas	175
2. Associações sindicais	176
2.1. Crédito de horas	176
2.2. Proibição de acumulação	176
2.3. Faltas	176
2.4. Suspensão do contrato de trabalho	177
3. Cedência de trabalhadores	177
3.1. Retribuição	177
3.2. Férias	177
4. Trabalhador estrangeiro	177
5. Trabalhador-estudante	178
6. Trabalho no domicílio	179
6.1. Vencimento	179
6.2. Recibo	179
6.3. Subsídio	179
6.4. Registo	180
6.5. Suspensão	180
6.6. Cessação do contrato	180
6.7. Indemnização	180
6.8. Cálculo valor da indemnização	181
6.9. Segurança social	181
7. Destacamento de trabalhadores	181
7.1. Direitos dos trabalhadores	181
8. Trabalho de menores	182
8.1. Compensação por formação profissional	182
8.2. Bolsa	183
8.2.1. Procedimento	183
9. Teletrabalho	184
10. Trabalho temporário	185
11. Estágios profissionais	187
11.1. Direitos do estagiário	188
11.2. Beneficiários	188
11.3. Documentação	189
10.3.1. Documentos adicionais	190
11.4. Financiamento	195
11.5. Faltas	195
11.6. Recibo	196
11.6.1. Recibos da entidade	197
11.7. Interrupção temporária do estágio	198
11.8. Orientador de estágio	198

X – Fundo de garantia salarial

1. Noção	201
2. Âmbito	201
3. Prazo	202
4. Montante	202
5. Descontos	202
6. Sub-rogação	202
7. Procedimento	202

XI – Transmissão da empresa ou estabelecimento

1. Noção	205
2. Efeitos nos contratos de trabalho	206
3. Férias e subsídio	206
4. Responsabilidade das partes	206
5. Comunicações	207
6. Formalidades	207
7. Aviso	208

XII – Incumprimento do contrato

1. Princípio geral	211
2. Mora	211
3. Suspensão do contrato de trabalho	211
4. Resolução do contrato de trabalho	212
4.1. Direitos dos trabalhadores	213
4.2. Segurança social	213
5. Efeitos do não pagamento pontual da retribuição em relação ao empregador ...	213
6. Responsabilidade dos sócios, gerentes, administradores e directores	214
7. Responsabilidade penal	214
8. Responsabilidade contra-ordenacional	215

XIII – Protecção no desemprego

1. Condições de atribuição das prestações	217
1.1. Condições gerais	218
1.1.1. Desemprego involuntário	218
1.2. Prazos de garantia	219
1.2.1. Subsídio de desemprego	219
1.2.2. Subsídio social de desemprego	220
1.2.3. Subsídio de desemprego parcial	220
1.3. Profissionais de Espectáculos	221

2. Montante das prestações	221
2.1. Subsídio de desemprego	221
2.2. Subsídio social de desemprego	221
2.3. Subsídio de desemprego parcial	222
3. Montante global das prestações de desemprego	223
4. Duração das prestações	223
4.1. Subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego	223
4.2. Período de concessão das prestações de desemprego	223
4.2.1. Subsídio social de desemprego	224
4.3. Subsídio de desemprego parcial	224
4.4. Frequência de cursos de formação com atribuição de compensação remuneratória	224
5. Suspensão das prestações	225
5.1. Casos de suspensão do pagamento	225
5.2. Reinício do pagamento	225
6. Cessação das prestações	226
6.1. Casos de cessação das prestações	226
7. Acumulação das prestações	226
8. Registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições	227
9. Requerimento das prestações e meios de prova	227
9.1. Requerimento	227
9.2. Meios de prova complementares	227
9.2.1. Rescisão do contrato de trabalho, promovida pelo trabalhador com fundamento em justa causa	227
9.2.2. Pensionista de invalidez	227
9.2.3. Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo	228
9.2.3.1. Limitações na rescisão do contrato por mútuo acordo	228
9.2.4. Subsídio Social de Desemprego	228
9.3. Dispensa de requerimento	229
10. Suspensão do prazo para requerer as prestações	229
11. Deveres dos beneficiários	229
11.1. Dever de apresentação quinzenal	230
11.2. Deveres da entidade patronal	230
11.3. Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo	231

XIV – Convenções colectivas de trabalho 233

B – MINUTAS

1. Minutas de contrato de trabalho	239
1.1. Minuta de Contrato de Trabalho Sem Termo	239
1.2. Minuta de Contrato de Trabalho a Termo Certo por prazo inferior a 6 meses	241
1.3. Minuta de Contrato De Trabalho a Termo Certo por prazo de 6 meses	243
1.4. Minuta de Contrato De Trabalho a Termo Certo com Pacto de Não Concorrência	245
1.5. Minuta de Contrato de Trabalho a Termo Incerto	247
1.6. Minuta de Contrato de Utilização de Trabalho Temporário	249
1.7. Minuta de Teletrabalho	251
1.8. Minuta de Contrato de Trabalhador Administrativo	254
1.9. Minuta de Contrato de Trabalho do Pessoal da Limpeza	256
1.10. Minuta de Contrato de trabalho de Gerente de Restauração e Bebidas	257
2. Estágios profissionais	262
2.1. Contrato de formação em posto de trabalho	262
2.2. Declaração de regularização perante o IEFP e o FSE	265
3. Apoio financeiro à contratação	266
4. Contratação de estrangeiros	267
4.1. Promessa de Trabalho	267
4.2. Depósito do Contrato	268
4.3. Parecer da IGT	269
4.4. Visto de Trabalho	271
5. Comunicações à Inspeção-Geral do Trabalho	273
5.1. Início de Actividade	273
5.2. Elementos da firma	275
6. Cessação do Contrato de Trabalho	276
6.1. Extinção do Posto de Trabalho	276
– Minuta da Comunicação de Extinção do Posto de Trabalho e Cessação do Contrato de Trabalho	276
– Minuta Comunicação à Comissão de Trabalhadores da Extinção do Posto de Trabalho e correspondente Cessação do Contrato de Trabalho	277
– Minuta Cessação Contrato de Trabalho por Extinção de Posto de Trabalho	278
6.2. Rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador	279
– Minuta Rescisão de Contrato de Trabalho Com Aviso Prévio	279
6.3. Revogação do Contrato de Trabalho durante o Período Experimental	280
– Carta enviada ao trabalhador registada com aviso de recepção	280
6.4. Cessação do Contrato de Trabalho por Mútuo Acordo	281
– Minuta de Acordo de Cessação de Contrato de Trabalho	281
– Minuta do Recibo dos créditos devidos pela cessação do contrato de trabalho	282

6.5. Cessação do Contrato de Trabalho a Termo	283
– Minuta de Aviso de Não Renovação do Contrato de Trabalho a Termo	283
6.6. Suspensão do contrato de trabalho ou redução da actividade por facto imputável ao empregador	284
– MODELO N.º 1 Declaração da entidade empregadora	284
– MODELO N.º 2 Declaração do trabalhador	286
6.7. Despedimento Promovido pela Entidade Empregadora com Justa Causa	287
– Minuta de Auto de Notícia	287
– Minuta de Nota de Culpa – I	288
– Minuta de Nota de Culpa – II	289
– Minuta da Resposta à Nota de Culpa	290
– Minuta do Auto de Inquirição	291
– Minuta da Decisão Final no Processo Disciplinar de Despedimento com Justa Causa	292
6.8. Minuta da cessação do contrato de trabalho por abandono do posto de trabalho	293
7. Requerimento de Prestações em Caso de Doença	294
8. Prestações de Desemprego	295
8.1. Declaração da situação de desemprego	295
8.2. Requerimento das Prestações de Desemprego	298
9. Doenças Profissionais	300
9.1. Dados de Saúde – Anexo	301
9.2. Parecer Clínico	302
9.3. Participação Obrigatória	303
9.4. Prestações por Morte	304
9.5. Requerimento de Pensão Bonificada	307
9.6. Requerimento de Pensão por Incapacidade Permanente por Doença Profissional	308
9.7. Requerimento de Prestação Suplementar à Pensão por Doença Profissional	312
9.8. Requerimento de Revisão da Pensão por Incapacidade Permanente por Doença Profissional	313
9.9. Requerimento de Subsídio	315
10. Contribuições para a Segurança Social	317
10.1. Inscrição da Entidade Empregadora como Contribuinte da Segurança Social	317
10.2. Comunicação da entidade empregadora da admissão de novos trabalhadores	321
– Declaração do trabalhador de início de actividade	321
– Inscrição/Enquadramento de trabalhadores	323
10.3. Pedido de isenção de contribuições dos trabalhadores independentes	325

10.4. Requerimento de Isenção/Redução Temporária do Pagamento de Contribuições	327
10.5. Requerimento de Isenção do Pagamento de Contribuições Rotação Emprego/Formação	329
11. Fundo de Garantia Salarial	331
– Requerimento para Pagamento de Créditos Emergentes do Contrato de Trabalho	331
12. Subsídios de maternidade, paternidade, adoção e outros	333
13. Rendimentos de Pensões e Trabalho Dependente	345
– Pedido de aplicação da Convenção para evitar a dupla tributação celebrada entre Portugal e Espanha	

C – ANEXO

Tabelas de Retenção na Fonte de IRS 2008	353
Regulamentos dos Contratos Colectivos de Trabalho	363
Índice Geral	387